



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA (SECONT)

Concurso Público

CARGO 3
AUDITOR DO ESTADO

ESPECIALIDADE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os dados identificadores de seu cargo/especialidade transcritos acima, no rodapé de cada página numerada deste caderno, na folha de respostas e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou haja divergência quanto aos dados identificadores de seu cargo/especialidade, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Geralmente os costumes constroem a sorte de cada um.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O Brasil também se prepara para investir em um
trem de alta velocidade: a linha que ligará o Rio de Janeiro
a São Paulo, a 360 km/h, deverá ir a leilão até o fim do ano
4 e estar pronta em 2014, a tempo da Copa do Mundo de
futebol. Quem embarcar na estação do Campo de Marte, em
São Paulo, estará na estação Central do Brasil, no Rio, 1 hora
7 e 33 minutos depois. Mas o valor da obra já está 63% acima
do previsto pelo Programa de Aceleração do Crescimento
(PAC). Dos iniciais R\$ 21,23 bilhões o custo acelerou para
10 R\$ 34,6 bilhões, conforme recente estudo da Agência
Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A diferença se
deve, entre outros fatores, à inclusão do custo dos impactos
13 socioambientais. A fatia maior — R\$ 24,5 bilhões — será
destinada às obras civis, e o restante para aquisição de trens,
implantação dos sistemas necessários, medidas
16 socioambientais e outras.

Embora apenas empresas estrangeiras tenham
capacidade tecnológica e estrutura para atender às exigências
da licitação, uma de suas cláusulas estabelece a
obrigatoriedade de transferência de tecnologia a empresas
nacionais agregadas ao projeto do vencedor. “É uma grande
oportunidade de se retomar a capacidade para desenvolver o
22 sistema ferroviário brasileiro”, observa o presidente da
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
25 Em sua opinião, o abandono do transporte ferroviário nas
últimas décadas criou gargalos na infraestrutura nacional que
obrigam a adoção de “projetos mobilizadores”, como o trem-
28 bala, para estimular um novo salto tecnológico. E o receptor
dessa transferência de tecnologia pode ser o Parque
Tecnológico de São José dos Campos, acrescenta. Proposta
31 nesse sentido já foi encaminhada ao governo federal, mas
uma definição ainda deve esperar até a conclusão do
processo licitatório.

34 Se o custo da obra é alto, o preço da passagem não
fica atrás: R\$ 150 na classe econômica e R\$ 200 na
executiva, fora do horário de pico, e R\$ 200 na econômica e
37 R\$ 300 na executiva, durante o horário de pico. A ANTT
projeta que, já em 2014, seriam transportados pelo trem-bala
6,4 milhões de passageiros por ano, contra 3,9 milhões do
40 transporte aéreo, 960 mil de automóveis e 865 mil de ônibus.
Atualmente, a demanda do transporte aéreo é de 4,4 milhões
de passageiros por ano. A estimativa é de que, em 2024, a
43 demanda pelo trem de alta velocidade passe para
10,2 milhões de passageiros por ano e, em 2044, para
24,9 milhões por ano. A agência estima que em 2014
46 teremos 42 trens em operação, o que significa um trem a
cada 20 minutos no horário de pico, com capacidade máxima
de 855 passageiros por viagem.

Michael Moyer. A Terceira Via. In: Scientific
American Brasil, set./2009, p. 12 (com adaptações).

A partir do texto ao lado, de Michael Moyer, julgue os itens a seguir.

- 1 O período inicial do texto sugere que outro país, além do Brasil, está às voltas com projeto ferroviário semelhante ao mencionado ou, ainda, que o Brasil se prepara para fazer investimentos também em outros projetos.
- 2 As consequências socioambientais elevaram os gastos previstos na obra ferroviária brasileira porque a reparação dos danos ambientais dela oriundos também é de responsabilidade do empreendedor.
- 3 O Parque Tecnológico de São José dos Campos carece de inovações no campo ferroviário.
- 4 A substituição da locução verbal “deverá ir” (l.3) pela forma verbal **irá** mantém a correção gramatical do texto e as ideias nele originalmente expressas.
- 5 Dado o padrão culto da linguagem, a impessoalidade e a formalidade que caracterizam o texto, ele poderia constar de um expediente de comunicação oficial.
- 6 O período que tem início na linha 17 poderia ser reescrito da seguinte forma, sem acarretar prejuízo para a correção gramatical ou para os sentidos originais do texto: Apenas empresas estrangeiras têm capacidade tecnológica e estrutura para atender às exigências da licitação, entretanto uma de suas cláusulas estabelece a obrigatoriedade de transferência de tecnologia a empresas nacionais agregadas ao projeto do vencedor.
- 7 Na linha 21, o emprego de preposição na expressão “ao projeto” é exigência sintática do vocábulo “agregadas”, que a precede.

A lógica sentencial, ou proposicional, trata das sentenças, ou proposições, passíveis de receberem um, e apenas um, entre os dois valores lógicos: falsa (F) ou verdadeira (V). É usual simbolizar as proposições por letras maiúsculas do alfabeto e construir novas proposições usando-se símbolos lógicos. A proposição simbolizada por $\neg A$, a negação da proposição A, terá valor lógico V, se A for F, e valor lógico F, se A for V. A proposição simbolizada por $A \vee B$, lida como “A ou B”, terá valor lógico F quando A e B forem F, e, nos demais casos, será V. A proposição simbolizada por $A \rightarrow B$, lida como “se A, então B”, ou “B é condição necessária para A”, terá valor lógico F quando A for V e B for F, e, nos demais casos será V. A proposição simbolizada por $A \wedge B$, que se lê “A e B”, terá valor lógico V quando A e B forem V, e, nos demais casos, será F.

Um argumento é denominado válido, ou correto, se, simbolizado por $P_1 \wedge P_2 \wedge \dots \wedge P_n \rightarrow Q$, for uma tautologia, isto é, for valorado sempre como V.

Com base nessas definições, julgue os itens a seguir.

- 8 Se a proposição simbolizada por $A \wedge B \rightarrow C$ for um argumento válido, então a proposição $A \wedge B \wedge (\neg C)$ será falsa.
- 9 Suponha que as proposições “Edu tem um *laptop* ou ele tem um celular” e “Edu ter um celular é condição necessária para Edu ter um *laptop*” sejam verdadeiras. Nesse caso, considerando essas proposições como premissas e a proposição “Edu tem um *laptop*” como conclusão de um argumento, então esse argumento é válido.
- 10 Se as proposições A, B e D forem V, então é possível que as proposições E, C, $E \rightarrow C$, $B \rightarrow E$ e $A \wedge C \rightarrow (\neg D)$ também sejam V.
- 11 Considere que sejam valoradas como V as duas seguintes proposições: “Todo candidato ao cargo de auditor tem diploma de engenheiro”; e “Josué é engenheiro”. Nesse caso, como consequência da valoração V dessas proposições, é correto afirmar que também será valorada como V a proposição “Josué é candidato ao cargo de auditor”.

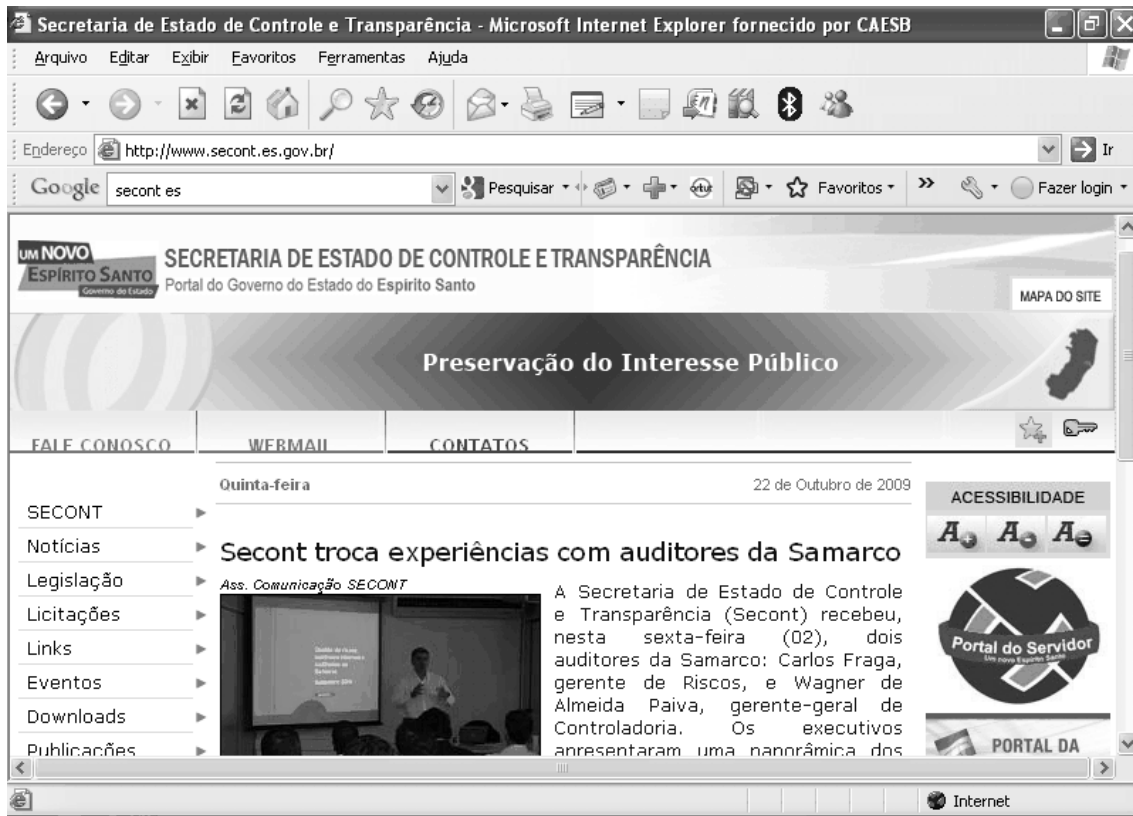
Com respeito à quantidade de possibilidades de ocorrência de um evento, julgue os itens que se seguem.

- 12 Considere que o acesso à ala de segurança de uma empresa seja permitido para 152 empregados, desde que utilizem uma senha individual formada por 3 algarismos distintos escolhidos entre os algarismos de 1 a 7. Nesse caso, sobrarão mais de 50 senhas.
- 13 Considere que um jogo eletrônico consista em executar uma música utilizando um conjunto de instrumentos musicais, seguindo determinado ritmo caracterizado por um nível de dificuldade. O jogador tem 3 opções para a escolha dos instrumentos musicais, 5 opções para o nível de dificuldade e 5 opções de música. Nessa situação, o número máximo de configurações a escolher para participar do jogo é igual a 13.








Uma companhia aérea oferece 2 promoções para seus clientes na compra de passagens. Essas promoções diferenciam nos preços e nas quantidades de cidades que incluem. Na promoção 1, as partidas são sempre de Vitória para 8 cidades diferentes, com tarifas iguais. Na promoção 2, as partidas são sempre de Brasília para 10 cidades distintas, também com tarifas iguais.

Com relação a essas promoções, julgue o item seguinte.

- 14 Considere que um cliente dessa companhia queira fazer 6 viagens em trechos cobertos pelas promoções 1 e 2. Nesse caso, se o cliente incluir até 2 trechos cobertos pela promoção 1, ele terá mais de 8 mil opções distintas para formar seu conjunto de 6 viagens.



A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer (IE) com uma página *web* sendo acessada. Considerando essa figura, julgue os próximos itens, acerca da Internet, sistema operacional e aplicativos no ambiente Windows.

- 15 Por meio de funcionalidades encontradas ao se clicar o botão , é possível acionar procedimento para adicionar a página *web* acessada como favorita do IE.
- 16 Caso o texto na página *web* mostrada seja selecionado, ele pode ser enviado para a área de transferência do Windows clicando-se na opção Copiar do menu **Editar** do IE. A seguir, é possível colar esse texto em um documento do Word 2003, que permite fazer alterações na sua formatação.
- 17 O termo *webmail* se refere à interface que permite ao usuário ler e processar seus *e-mails* diretamente da página *web* acessada na Internet, caso tenha permissão. Na figura mostrada, as funcionalidades relativas ao referido termo são disponibilizadas por meio do botão **WEBMAIL**.
- 18 Os aplicativos do Br.Office.org 2007 não são compatíveis com o ambiente do sistema operacional Windows XP.
- 19 Na estrutura de diretórios ilustrada a seguir, criada no Windows Explorer, se a pasta  **A SECONT** for excluída, os arquivos na pasta  **RELATÓRIOS** serão mantidos no computador em uso, na unidade C.
-  Meu computador
 -  Disco local (C:)
 -  **A SECONT**
 -  RELATÓRIOS
- 20 Para viabilizar a recuperação dos dados armazenados em um computador, os *backups* devem ser guardados em local seguro, em mídias separadas dos equipamentos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca de auditoria e fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 21** Fiscalização e auditoria são procedimentos distintos. Enquanto a fiscalização tem por objetivo obter dados e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades jurisdicionados, o objetivo da auditoria é fazer avaliações operacionais e aferição dos resultados dos programas e projetos governamentais.
- 22** De modo a dar consistência ao processo de auditoria, os critérios empregados para avaliação devem ser fixos, independentemente da entidade auditada, embora possam ser adaptados à realidade de cada caso na fase da elaboração da visão geral da entidade auditada.
- 23** O controle interno deve basear-se no princípio da segregação de funções, segundo o qual uma mesma pessoa ou entidade não pode ser simultaneamente responsável pelos ativos e pelos registros contábeis.

Acerca das etapas e características do trabalho de auditoria, julgue os itens subsequentes.

- 24** Se a técnica de comparação entre uma condição e um critério resultar em divergência, tem-se um achado de auditoria.
- 25** Os registros administrativos existentes na entidade auditada são considerados fontes primárias de informação para o auditor ou entidade de auditoria.
- 26** O programa de auditoria constitui o resultado do planejamento feito antes que a execução da auditoria propriamente dita tenha início. Assim sendo, esse documento não será considerado um papel de trabalho do auditor.
- 27** O parecer adverso é o tipo de relatório que o auditor deve emitir quando houver incertezas ou restrições ao âmbito da auditoria que impossibilitem a formulação de uma opinião a respeito das demonstrações financeiras.

Com relação à classificação das auditorias no setor público e às formas como elas podem ser realizadas, julgue os itens que se seguem.

- 28** Considere que o controle interno de um ente governamental tenha decidido dividir o trabalho de determinada auditoria entre os servidores lotados no órgão central e em unidades regionais de controle interno. Nesse caso, trata-se de uma auditoria integrada.
- 29** Quando se pretende fazer o exame dos registros e documentos mediante procedimentos específicos pertinentes ao controle do patrimônio da unidade, da entidade ou do projeto, deve-se realizar uma auditoria de acompanhamento da gestão.
- 30** Somente por meio da auditoria operacional verifica-se a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais.

Com relação aos princípios constitucionais da administração pública e aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 31** Somente se legitima a fixação de limite de idade para inscrição em concurso público quando prevista em lei e possa ser justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- 32** O período em que determinado servidor público estadual estiver afastado de suas atividades públicas, para o exercício de mandato eletivo, deve ser contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, salvo para promoção por merecimento.

No tocante às finanças públicas, ao orçamento público e à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 33** De acordo com a Constituição Federal (CF), a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, por envolver matéria relacionada ao controle interno, pode ser disciplinada por meio de lei ordinária.
- 34** No processo legislativo referente às leis orçamentárias, é admissível a utilização de emendas pelos membros do Poder Legislativo, ainda que se trate de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa e independentemente de relação de pertinência com a proposição original.
- 35** No exercício de suas atribuições constitucionais, o TCU pode examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público, tendo a sua decisão eficácia de título executivo.
- 36** Para fortalecer o controle interno do Poder Executivo, a CF estabelece que os responsáveis pelos órgãos públicos, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao TCU, sob pena de responsabilidade subsidiária, não se aplicando tal regulamento aos Poderes Legislativo e Judiciário.

Quanto à organização do Estado brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 37** Por serem dotados de autonomia própria, os municípios apresentam capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e competências legislativas específicas, como a de legislar acerca da vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito, em caso de dupla vacância.
- 38** Ao dispor a respeito do princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, a CF afastou o direito de secessão das unidades da Federação, podendo a União, quando demonstrada a intenção de rompimento do pacto federativo, intervir nos municípios para manter a integridade nacional.

No que concerne à intervenção federal e à repartição de competências, julgue os itens que se seguem.

39 A União deve intervir no estado da Federação que estiver descumprindo o princípio constitucional da autonomia municipal. Nessa hipótese, é dispensada a apreciação dessa medida pelo Congresso Nacional, e o decreto limita-se a suspender a execução do ato impugnado, se a mesma medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

40 Lei estadual que assegure ao consumidor o direito de obter informações acerca de determinado produto não invade a esfera de competência da União, para editar normas gerais acerca de produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Quanto às licitações e aos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

41 No procedimento do pregão, o critério de seleção a ser adotado no julgamento das propostas deve ser o de menor preço, podendo o pregoeiro desconsiderar as especificações técnicas definidas no edital.

42 Para viabilizar o controle dos gastos públicos, qualquer cidadão pode requerer à administração pública os valores das obras e os preços unitários de determinada obra executada.

43 No entendimento do TCU, a prorrogação dos prazos previstos nos contratos administrativos somente é válida quando ainda não estiver expirado o termo original.

44 Se o contrato celebrado com a administração pública for considerado nulo, por ausência de prévio procedimento licitatório, o ente público pode deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados, independentemente da presença de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade.

Considerando as normas constitucionais concernentes aos servidores públicos, julgue o item abaixo.

45 Em hipóteses excepcionais e plenamente justificadas, é possível o preenchimento de cargos públicos permanentes mediante contrato administrativo.

Quanto aos princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro, julgue os itens a seguir.

46 Como decorrência do princípio da impessoalidade, a CF proíbe a presença de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos.

47 Tendo em vista o princípio da continuidade do serviço público, na hipótese de rescisão do contrato administrativo, a administração pública detém a prerrogativa de, nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

A respeito dos atos administrativos e da responsabilidade dos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

48 Uma das hipóteses de desvio de poder é aquela em que o agente público utiliza-se do poder discricionário para atingir uma finalidade distinta daquela fixada em lei e contrária ao interesse público, estando o Poder Judiciário, nesse caso, autorizado a decretar a nulidade do ato administrativo.

49 Um cidadão que tenha sido absolvido na esfera penal por insuficiência de provas quanto à autoria de determinado crime funcional, não pode ser processado e responsabilizado pelo mesmo fato na esfera administrativa.

Em relação à organização administrativa da União, julgue o próximo item.

50 As sociedades de economia mista são constituídas tão somente por capital público.

Com relação ao orçamento público e ao ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

51 O princípio orçamentário da universalidade preceitua que o orçamento deverá conter todas as receitas e despesas pelos seus valores líquidos, subtraídas as deduções estabelecidas pela legislação vigente.

52 A empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto fará parte do orçamento das empresas estatais, desde que não seja uma empresa dependente.

53 As propostas orçamentárias parciais dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas respeitando os limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

54 Expressão físico-financeira do planejamento governamental, o orçamento público será entendido, sobretudo, como um instrumento que expressa, anualmente, o conjunto de ações visando alcançar maiores níveis de eficiência e eficácia da ação do governo.

55 O projeto da LDO do governo federal, para o exercício financeiro de 2010, encontra-se em fase de apreciação e discussão no Poder Legislativo, que deverá fazê-lo até o início do próximo recesso parlamentar.

56 Uma das vantagens do orçamento-programa em relação ao orçamento tradicional é a possibilidade de se conjugar a formulação do orçamento ao planejamento governamental.

A respeito de créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

57 Os créditos adicionais especiais independem da existência prévia de recursos disponíveis e destinam-se a despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica.

58 A Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá ser utilizada para autorizar o Poder Executivo a abrir, durante o exercício financeiro, créditos adicionais suplementares até determinado montante, o que garantirá certo grau de flexibilidade à execução orçamentária.

Acerca dos convênios e dos contratos de repasse, julgue os itens subsequentes.

- 59** No ato de celebração do convênio ou do contrato de repasse com vigência plurianual, a concedente deverá empenhar o valor total a ser transferido durante a sua vigência.
- 60** Na celebração de convênio entre o governo federal e município brasileiro, fica acordado que a contrapartida do veniente poderá ser atendida por meio de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis, mesmo nos casos em que o valor total do convênio seja igual ou inferior a R\$ 70.000,00.

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- 61** Considere que, em determinado ente da administração, tenha havido solicitação de abertura de crédito especial antes do encerramento do exercício financeiro e que o balanço orçamentário parcial apresente a situação mostrada na tabela a seguir. Nesse caso, é correto afirmar que, pela execução orçamentária, não há recursos para a abertura do crédito especial solicitado.

balanço orçamentário	RS milhões
receita prevista	500
despesa fixada (já acrescida do <i>superavit</i> financeiro)	580
receita arrecadada	550
despesa realizada	510

- 62** O governo de determinado estado não pode empenhar, no último mês do mandato do respectivo governador, mais que o duodécimo das despesas autorizadas para o exercício, nem tampouco assumir, no mesmo período, compromissos que vençam no mandato seguinte.

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes.

- 63** A Internet é um dos veículos que asseguram transparência, ao permitir o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos entes públicos. Os prazos que os municípios têm para divulgar essas informações variam em razão inversa à sua população.
- 64** Considere que o prefeito de determinado município pretenda desenvolver um programa de educação ambiental durante o seu mandato e, para isso, tenha apresentado duas opções, igualmente válidas: o aumento da alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) e/ou a eliminação de cargos em comissão, de livre provimento, com a exoneração dos atuais ocupantes. Nessa situação, o início do programa está condicionado à implementação da(s) medida(s) proposta(s).
- 65** Caso, na elaboração da proposta orçamentária, se verifique que não houve alterações na legislação, que a inflação projetada é de 4,5% e que a estimativa de crescimento do PIB é de 5%, então a previsão de aumento da receita deve ser de 9,5%.

Tendo como referência as Leis Complementares Estaduais n.º 295/2004 e n.º 478/2009, julgue os itens seguintes.

- 66** O cargo de auditor-geral do estado é de livre nomeação e exoneração pelo governador do estado, recaindo a escolha sobre servidor da carreira e sendo-lhe asseguradas as mesmas garantias e prerrogativas dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.
- 67** O Conselho do Controle da Transparência (CONCECT) tem caráter consultivo, embora se pronuncie acerca de questões técnicas, até mesmo quanto à uniformização da interpretação de atos normativos e procedimentos relativos às atividades da secretaria.

Com base na Lei Complementar Estadual n.º 46/1994, julgue os itens que se seguem.

- 68** Qualquer servidor do estado que constate ilegalidade na realização de despesa ou abuso de poder na cobrança de receita é obrigado a representar contra referidos atos, mas deve indicar elementos de prova com vistas à apuração dos fatos em processo específico.
- 69** Ao servidor público é permitido participar, na condição de proprietário, de sócio ou acionista, de empresa fornecedora de bens ou prestadora de serviços ao estado, sendo-lhe, todavia, vedado atuar como administrador ou gerente da empresa contratada.
- 70** O combate à gripe H1N1 caracteriza necessidade temporária de excepcional interesse público, ensejando a celebração de contrato administrativo de prestação de serviços, por prazo determinado, desde que por prazo máximo improrrogável de seis meses.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Para a venda de um televisor, anunciado pelo preço de R\$ 1.500,00, uma loja oferece duas opções de pagamento:

- I no valor anunciado, em duas prestações mensais, iguais e consecutivas, com a primeira vencendo um mês após a compra;
- II no valor anunciado, em três prestações mensais, iguais e consecutivas, com a primeira vencendo no ato da compra.

Considerando que um cliente tenha condições de aplicar seu dinheiro à taxa mensal de juros compostos de 5% e que 0,95 e 0,91 são valores aproximados de $1,05^{-1}$ e $1,05^{-2}$, respectivamente, julgue os itens seguintes.

- 71 Para esse cliente, a opção II é mais vantajosa que a opção I.
- 72 Se o cliente escolher a opção I e, no ato da compra, fizer uma aplicação financeira para pagar as prestações, então esse cliente deverá aplicar uma quantia inferior a R\$ 1.400,00.
- 73 Pagar o televisor à vista e com desconto de 6% sobre o preço anunciado seria uma opção mais vantajosa para os clientes que as outras duas opções oferecidas pela loja.

Considerando que 1,1268 e 0,905 são valores aproximados de $1,01^{12}$ e $1,01^{-10}$, respectivamente, julgue os itens que se seguem.

- 74 Para a quitação de uma dívida que vence em 1 ano, o tomador fará 12 aplicações mensais de R\$ 500,00, em uma instituição financeira que paga a taxa líquida de juros mensal composta de 1%. Nesse caso, se a dívida for inferior a R\$ 6.300,00, o tomador poderá quitá-la integralmente no seu vencimento.
- 75 Se uma dívida no valor de R\$ 3.420,00 deverá ser paga integralmente daqui a 10 meses, e se o tomador decidir fazer 10 aplicações mensais, de mesmo valor, em uma instituição financeira que paga a taxa líquida mensal de juros compostos de 1%, então, para que ao final do período ele tenha o montante necessário ao cumprimento da obrigação, ele deverá aplicar, mensalmente, uma quantia superior a R\$ 350,00.

Considerando que 1,008 e 1,083 são valores aproximados de $1,1^{1/12}$ e $1,008^{10}$, respectivamente, julgue os itens a seguir.

- 76 Se, em 12 meses, o capital de R\$ 10.000,00, aplicado em uma instituição financeira que remunera as aplicações a uma taxa mensal de juros compostos fixa, render R\$ 1.000,00 de juros ao investidor, então a taxa de juros praticada pela instituição é inferior a 0,82%.
- 77 Considere que dois capitais de mesmo valor sejam aplicados, um no regime de juros compostos e outro, no regime de juros simples, ambos por um período de 10 meses e com capitalização mensal. Se a taxa de juros compostos for de 0,8% ao mês, então, para que os montantes das duas aplicações sejam os mesmos, a taxa mensal de juros simples deverá ser superior a 0,85%.

Acerca de taxas de juros, julgue os itens a seguir.

- 78 Considere que um servidor público faça um empréstimo consignado à taxa de juros compostos mensais de 1,56%. Nesse caso, tomando 1,2041 como o valor aproximado de $1,0156^{12}$, é correto afirmar que a taxa de juros efetiva anual desse empréstimo será superior a 20%.
- 79 Considere que o capital de R\$ 5.000,00 tenha sido investido em uma instituição financeira por um período e, nesse período, a instituição tenha renumerado os investimentos à taxa real de juros de 5% além da taxa de inflação do período. Se o montante ao final do período foi de R\$ 5.460,00, então a taxa de inflação nesse período foi inferior a 4,5%.
- 80 Considere que um empréstimo tomado no valor de R\$ 8.000,00 foi pago ao final de 2 anos, corrigidos com juros reais e mais a taxa de inflação do período. Se, nesse período, a dívida cresceu em metade do valor contraído e se a taxa de inflação foi de 25%, então a taxa real bianual de juros pagos pelo devedor foi de 18%.

RASCUNHO

Uma reforma tributária é sempre uma ocasião para a sociedade discutir muito mais do que um conjunto articulado de impostos, taxas e contribuições que os cidadãos são obrigados a transferir de seus patrimônios para financiar as atividades do Estado. A reforma tributária é uma oportunidade para refletir sobre quem paga a conta e como ela é paga, ou seja, em que situações e sobre que espécies de rendas e de transações uma parte do patrimônio privado se converte em patrimônio público, sob controle do Estado.

Roberto Piscitelli. *Reforma tributária: a costura de um grande acordo nacional*. São Paulo: Atlas, 2009 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência, julgue os itens a seguir, relativos à reforma tributária e ao federalismo fiscal.

- 81** A atual proposta de reforma tributária de autoria do governo federal, em discussão na Câmara dos Deputados, permite a criação do imposto sobre valor adicionado, ao incluir no texto constitucional a competência da União para instituir imposto sobre operações com bens e prestações de serviços, ainda que as operações e prestações se iniciem no exterior.
- 82** O ICMS apresenta um sistema de partilha do imposto nas operações interestaduais, pelo qual uma parte é retida no estado de origem e outra no estado de destino, sendo que a dificuldade se origina na apropriação de parte do imposto pelo estado de origem. Esta gera um problema que se configura no incentivo à guerra fiscal.
- 83** A última proposta de reforma tributária apresentada pelo governo federal altera o financiamento das políticas de previdência, assistência social e saúde, ao extinguir as contribuições sociais exclusivas da seguridade social que têm como base de incidência o lucro, a receita ou faturamento das pessoas jurídicas.
- 84** Uma característica básica das federações contemporâneas é a concentração da receita tributária nos governos subnacionais, enquanto os encargos se concentram no governo federal. Isso ocorre por razões técnicas ligadas à eficiência da tributação e da provisão de serviços.

O setor público apresentou uma expansão considerável no Brasil ao longo dos últimos anos, concomitantemente diversas iniciativas no âmbito da política fiscal foram experimentadas para lidar com o equilíbrio entre receitas e despesas públicas. Acerca das experiências brasileiras no campo das finanças públicas, julgue os itens de **85 a 88**.

- 85** A forte presença do Estado no desenvolvimento econômico na década de 70 do século passado expressivamente aumentou as despesas públicas, o que dificultou, sob certos aspectos, a administração das finanças públicas, que eram regidas por uma multiplicidade de orçamentos: o Orçamento Geral da União, o orçamento das empresas estatais e o Orçamento Monetário.
- 86** A segunda metade dos anos 80 do século passado foi marcada pela forte expansão do *deficit* público. O crescimento desse *deficit* deveu-se, em parte, à alta da inflação, que elevou o valor nominal da dívida e, por consequência, o pagamento de juros, apesar de o período registrar um forte aumento da carga tributária, devido ao imposto inflacionário.

87 A partir da LRF, de 2000, o país passou a apresentar sucessivos *superávits* públicos, em que pese a maior parte dos estados da Federação ainda registrarem *deficits* primários nos seus orçamentos.

88 Entre as mudanças realizadas ao final da última década, que contribuíram para o período recente de equilíbrio nas contas públicas, está a renegociação das dívidas estaduais, o que implicou a federalização da dívida mobiliária. Aliados aos benefícios decorrentes da renegociação das dívidas, os estados também se beneficiaram das condições macroeconômicas que afetaram positivamente a capacidade de financiamento dos estados.

Acerca do desenvolvimento brasileiro no pós-guerra, julgue os itens subsequentes.

89 O Plano de Metas adotado no governo Juscelino Kubitschek proporcionou a expansão da indústria de bens de consumo duráveis por meio de concessão de incentivos fiscais que viabilizaram a expansão de outros setores industriais e a geração de empregos. Apesar de representar o fim do processo de substituição das importações, esse plano não conseguiu superar as metas estabelecidas na maioria dos setores da indústria.

90 O período de 1968 a 1973 caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento econômico brasileiro no século XX e por uma relativa estabilidade de preços propiciada pelo II PND, ficando conhecido como o “milagre brasileiro”. A boa *performance* da economia brasileira nesse período, associada à redução dos indicadores de concentração de renda, foi obtida em decorrência das reformas institucionais realizadas e do crescimento econômico mundial.

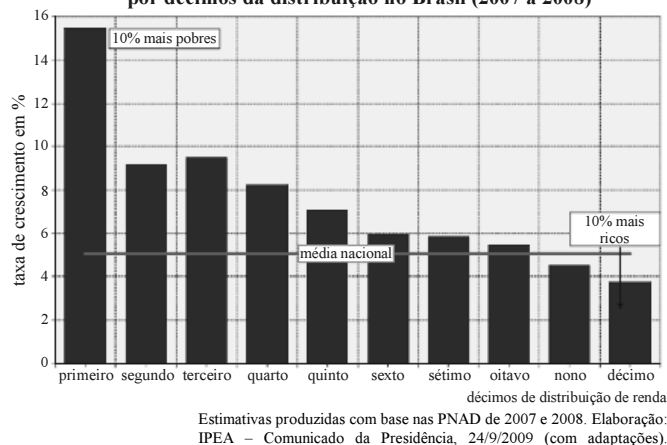
RASCUNHO

produção	150.000
importação de bens e serviços	32.450
impostos sobre produtos	47.500
poupança do governo em conta-corrente	11.000
consumo intermediário	35.750
formação bruta de capital fixo	38.000
exportação de bens e serviços	31.285
poupança líquida do setor privado	27.450
variação de estoques	8.000
depreciação	2.500

Com base na tabela acima, que contém dados em reais extraídos do sistema de contas nacionais, em determinado período de tempo, e considerando as identidades macroeconômicas básicas, julgue os itens seguintes.

- 91** Considerando que o subsídio tenha sido zero no período apresentado, conclui-se que o consumo final dessa economia será igual a R\$ 197.500,00.
- 92** Na hipótese de que o investimento do governo tenha sido zero no período apresentado, conclui-se que o saldo do balanço de pagamento em transações correntes foi deficitário no valor de R\$ 7.550,00.

Taxa de crescimento médio da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição no Brasil (2007 a 2008)



O gráfico acima ilustra a taxa de crescimento médio da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição em 2008, comparativamente a 2007. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE trazem informações relevantes acerca da distribuição de renda no Brasil, além de permitirem a extração de um conjunto de indicadores sociais do país.

A partir dos dados apresentados acima e dos indicadores sociais do Brasil, julgue os itens de **93** a **95**.

- 93** Em 2008, enquanto a renda familiar *per capita* da população como um todo cresceu acima de 4% em relação ao ano anterior, entre os 10% mais pobres ela cresceu quase três vezes mais rápido, e entre os 10% mais ricos, cresceu a metade. Com isso, a taxa de crescimento da renda dos 10% mais pobres foi mais de cinco vezes a dos 10% mais ricos.

- 94** Ao longo do século XX, o Brasil se caracterizou como um país de elevada desigualdade de renda. Ainda que a concentração de renda no país seja uma das mais elevadas no mundo, o coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* apresenta uma trajetória de queda desde 2001.

- 95** Um dos indicadores sociais mais relevantes de um país é aquele que mede o analfabetismo. O grau de analfabetismo de uma população é medido com base na taxa da população com 15 anos de idade ou mais que não sabe ler e escrever um simples bilhete. O Brasil, em que pese as desigualdades regionais nesse indicador, vem conseguindo reduzir a taxa de analfabetismo e, por consequência, a quantidade de brasileiros que não sabem ler nem escrever.

RASCUNHO

A respeito da economia do setor público e do papel do governo, julgue os itens subsequentes.

- 96** A chamada lei de Wagner enfatiza que, na medida em que o nível de renda *per capita* se eleva em países que se desenvolvem industrialmente, diminui a importância relativa do setor público, reduzindo-se a participação das despesas públicas na renda nacional.
- 97** A utilização de instrumentos de políticas fiscal e monetária vai ao encontro do cumprimento da função estabilizadora do Estado. Assim, o governo age sobre a demanda agregada da economia para manter altas taxas de crescimento e de emprego e baixa inflação. A política fiscal pode se manifestar diretamente por meio da variação dos gastos públicos em consumo e investimento, enquanto a política monetária pode estimular os investimentos por meio da redução das taxas de juros.
- 98** Há diversas modalidades de parceria entre os setores público e privado. A diferença entre a BTO (*build-transfer-operate*) e a BOO (*build-own-operate*) reside no fato de que, no primeiro caso, não há prazo final para concessão da exploração de um serviço público pelo setor privado. Já, no segundo caso, o empreendimento da construção cabe ao setor privado, mas o direito de concessão cabe ao Estado, que mediante outro ato legal concede a exploração do serviço por tempo determinado à mesma empresa ou a outra.

Julgue os itens a seguir, que versam acerca da análise de custo, lucro e alavancagem operacional na formação de tarifas.

- 99** A alavancagem como instrumento de gestão financeira envolve o uso de ativos operacionais, podendo em situação de aumento de receitas e de lucros favorecer o seu uso, pois a situação pode propiciar a existência de custos fixos.
- 100** A determinação de tarifas ótimas perpassa pela contabilização de diversos componentes, entre eles, a maximização da utilidade total a serviço do usuário, a maximização do lucro do operador e a influência ou não do poder concedente. Uma alternativa metodológica de tarifas ótimas é minimizar os impactos distributivos do reajuste tarifário entre as diferentes classes de consumidores com base na teoria do *second best*.

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, pediu ao Brasil que suspenda as restrições às importações de caminhões argentinos, durante uma visita à fábrica da IVECO, filial de veículos pesados da italiana FIAT, na província de Córdoba.

AFP, out./2009 (com adaptações).

Os estados nacionais defendem seus interesses econômicos ao adotar, frequentemente, práticas restritivas à movimentação de bens e serviços entre os países. A respeito da defesa da concorrência, julgue os itens a seguir.

- 101** O *dumping* caracteriza-se pela venda de um produto importado por um preço mais baixo do que no país de origem, sem que isso reflita menores custos aos fabricantes.
- 102** Entre as medidas de defesa da concorrência tomadas pelos países exportadores, estão: a criação de barreiras tarifárias, o estabelecimento de valor máximo para a exportação e a negociação para estabelecimento de cotas.

Julgue os itens a seguir, considerando a Lei n.º 8.884/1994, de Defesa da Concorrência.

- 103** A Secretaria do Direito Econômico do Ministério da Justiça deve acompanhar, permanentemente, as atividades e práticas comerciais de pessoas físicas ou jurídicas que detêm posição dominante em mercado relevante de bens ou serviços, a fim de prevenir infrações da ordem econômica.
- 104** São consideradas infrações da ordem econômica os atos que tenham produzido algum dos seguintes efeitos: limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bens ou serviços; aumentar arbitrariamente os lucros; e exercer de forma abusiva posição dominante.

A regulação desempenha função primordial, ao buscar reproduzir as condições de competição, para que os consumidores tenham acesso a produtos e serviços com a qualidade e os níveis de preços que obteriam em um ambiente competitivo.

Lúcia Helena Salgado. IPEA — Texto para discussão n.º 941: agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional, 2003.

Em relação ao estado regulador e à defesa da livre concorrência, julgue os itens seguintes.

- 105** O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é importante autarquia dentro da esfera administrativa, cujo papel corresponde, basicamente, à análise das operações de fusões, incorporações e associações de qualquer espécie entre os agentes econômicos. A função do CADE é eminentemente repressiva.
- 106** O poder de mercado é prejudicial quando permite que as empresas estabeleçam preços abusivos e adotem práticas desleais com os concorrentes e, também, por aumentar a possibilidade da criação de cartéis de preços.
- 107** Uma das razões da regulação é a concentração vertical do mercado, como foi o caso da fusão de cervejarias no Brasil, para que não haja abuso de poder por parte das empresas dominantes.

Julgue os próximos itens, considerando as teorias de regulação do mercado.

- 108** Não apenas os interesses das indústrias reguladas são capazes de exercer influência e pressão no processo regulatório, mas, também, os consumidores organizados.
- 109** Uma das críticas à visão benigna da regulação apoia-se no entendimento de que as agências regulatórias norte-americanas foram capturadas por interesses capitalistas das estradas de ferro.
- 110** As teorias da escolha pública e da regulação entendem que o interesse público não pode ser representado de forma eficiente por meio do mecanismo do mercado; qualquer outra instituição — como o mercado político — apenas contribui para confundir os sinais fornecidos pelo sistema de preços e comprometer a eficiência do sistema.

A respeito da função de regulação do Estado e da atuação das agências reguladoras, julgue os itens a seguir.

- 111** Com a introdução do conceito de Estado regulador, foi alterada a suposição de que os serviços públicos devem necessariamente ser prestados diretamente pelos agentes públicos ou órgãos da administração direta.
- 112** A CF veda que o Estado brasileiro atue diretamente no domínio econômico, explorando atividade econômica de natureza lucrativa, em qualquer situação.
- 113** No atual ordenamento jurídico brasileiro, a função de regulação deve ser exercida exclusivamente pelas agências reguladoras.
- 114** As agências reguladoras, no Brasil, têm natureza jurídica de autarquia especial, embora constituam pessoas jurídicas de direito privado.
- 115** As agências reguladoras não dispõem do poder regulamentar sobre as atividades econômicas que controlam.

Com relação aos diversos aspectos da defesa da concorrência, julgue os itens subsequentes.

- 116** O aumento sucessivo dos lucros de uma empresa não pode constituir infração da ordem econômica, porque depende da aceitação, pelo mercado, dos preços praticados pela referida empresa.
- 117** Se determinado grupo de empresas for o fornecedor exclusivo de 35% de um mercado relevante, então esse grupo de empresas exerce uma posição dominante, nos termos definidos na legislação vigente.
- 118** Quando a legislação brasileira proíbe a utilização de subsídios para a redução artificial de preços, está coibindo uma prática restritiva horizontal.
- 119** As leis nacionais, em nenhuma hipótese, podem ser aplicadas a infrações econômicas ocorridas no exterior.
- 120** A venda injustificada, por determinada empresa, de mercadoria com preço abaixo do seu custo de produção constitui prática conceituada como preço predatório, ainda que não seja possível provar que houve efetivo prejuízo para a concorrência.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponíveis será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Suponha que o governo federal brasileiro seja questionado a respeito da condução da política fiscal no país, sob o argumento de que os aumentos dos gastos com pessoal e outros gastos correntes, durante a crise econômica atual, podem comprometer as metas de inflação, dado o risco de esses gastos gerarem compromissos futuros, o que transformaria gastos anticíclicos compensatórios em despesas permanentes. Por essa razão, alega-se que o combate à crise atual não deve centrar-se na expansão dos gastos correntes, em cenário de arrecadação declinante, pelo menos, enquanto houver condições para a redução das taxas de juros.

Com base nessa situação hipotética, na condição de responsável pela elaboração de documento no qual se questiona o caráter anticíclico da política fiscal, elabore relatório de auditoria em que sejam estabelecidos os limites dessa política para combater a recessão no Brasil. Em seu relatório, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ políticas fiscais pró-cíclicas e anticíclicas;
- ▶ vinculação da receita pública e eficácia da política fiscal no Brasil;
- ▶ comportamento dos gastos públicos nos últimos anos e assimetria da política fiscal no Brasil.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	